

Vozes da resistência ao salazarismo e a luta pela democracia em Portugal e no Brasil

*Sônia Maria de Freitas**

1 INTRODUÇÃO

Na obra *Presença Portuguesa em São Paulo* (2006), desmistificamos a imagem de apatia política dos portugueses ao demonstrar a relevante atuação de imigrantes lusos no movimento operário e sindical, principalmente nas cidades de São Paulo e Santos, onde a presença portuguesa em greves e paralisações predominou desde a primeira década do século XX. Os estudos destacaram a participação de imigrantes italianos e espanhóis, porém as estatísticas apontam que foram expulsos do Brasil mais portugueses do que italianos.

No início da década de 1930, a instauração do Estado Novo em Portugal no governo de Antônio Oliveira Salazar implicou na vinda de um significativo número de lusos para o Brasil. O livro *A missão portuguesa: rotas intercruzadas* (2003) apresenta um panorama dos intelectuais portugueses exilados no país, bem como a contribuição de cada um deles. Esses portugueses contribuíram sobremaneira com a vida acadêmica e cultural do país, especialmente em São Paulo. Parte deles atuou no ensino universitário, sobretudo na área de Letras, História, Filosofia e Matemática, assim como no Jornalismo e nas Artes Plásticas, destacando-se Jaime Cortesão, Fernando Lemos, Vitor Ramos, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Fidelino de Figueiredo, Barradas de Carvalho, João Alves das Neves, Paulo de Castro, Miguel Urbano Rodrigues e João Sarmiento Pimentel.

*Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Atuou como pesquisadora no Museu da Imagem e do Som-MIS-SP e no Museu da Imigração de São Paulo. Livros publicados, entre outros estão: *Presença portuguesa em São Paulo* (2006); *Presença armênia em São Paulo: imigração, negócios, identidade, religião e interação social* (2019); *Entrelaçando linhas e memórias: bordadeiras armênias em São Paulo* (2023). <https://orcid.org/0000-0001-5220-6156>

A pesquisa que realizamos no acervo documental do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) também evidencia a intensa participação portuguesa no campo político-partidário. O órgão foi instituído em 1924 com o objetivo de controle e perseguição do Estado sobre os movimentos sociais, políticos e partidários, funcionando até 1983 como uma polícia política que investigava, instaurava inquéritos e perseguia opositores. Expressando múltiplas facetas das atividades repressoras, o acervo reúne registros de inquéritos instaurados pelo órgão e quatro séries documentais: Ordem social, Ordem política, Dossiês e Prontuários.

Nos 150 mil prontuários pesquisados, identificamos 5.162 portugueses, dentre estes 143 eram ligados à movimentos sociais e 655 foram citados em averiguações das quais apenas 183 registravam os motivos. Dos 143 que tratavam de expulsões, somente 49 apresentavam a descrição das motivações. Analisamos 373 prontuários, a maioria referente aos anos de 1930 a 1950 e um menor número relativo às décadas de 1960 e 1970. Muitos atuaram na luta pela democracia em Portugal – na instauração da República em 1910 e contra o regime ditatorial de Salazar entre 1933 e 1974 – e no Brasil, em especial durante a ditadura civil militar que vigorou de 1964 a 1985.

Os documentos salientaram a representatividade do jornal *Portugal Democrático*, periódico organizado por um grupo de portugueses anti-salazaristas exilados no Brasil. No primeiro número, publicado em 07 de julho de 1956, o grupo declarou a finalidade de

servir o Portugal Democrático com verdade e independência; mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do país, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, conscientes das realidades do presente e orgulhosos das grandezas do passado.

A primeira edição contou com um artigo de Antonio Sergio sobre a brutalidade do Estado Novo em Portugal, cuja repressão policial incluiu prisões arbitrárias de opositores ao regime salazarista e tortura, tais como as práticas adotadas na Colônia Penal do Cabo Verde, mais conhecida como “Campo de Concentração do Tarrafal” ou “Campo da Morte Lenta”. O texto também relatou a luta pela anistia de portugueses sancionados por motivos políticos, residentes em Portugal ou exilados. A oposição ao governo de Salazar e a sua polícia, a anistia aos presos políticos e a luta pelo fim do colonialismo português na África balizaram as publicações do jornal.

Foto 1



Capas do jornal Portugal Democrático.

2 O GRUPO FUNDADOR DO JORNAL *PORTUGAL DEMOCRÁTICO*

Nos primeiros anos, a edição do *Portugal Democrático* funcionou na Rua Conselheiro Furtado, nº 191, numa pequena sala do Centro Republicano Português, instituição fundada em 1908 na cidade de São Paulo. O jornal foi idealizado por membros do Partido Comunista, dentre os quais o técnico-operário Manuel Ferreira Moura (o “Mourinha”) e o professor universitário Vítor Ramos, mas agregou representantes de vertentes políticas diversas da direita e da esquerda, dentre socialistas, comunistas e republicanos liberais. Ao analisarmos as edições do jornal, identificamos dentre os colaboradores portugueses a presença de intelectuais, empresários, técnicos, sindicalistas, militares, jornalistas, escritores e professores universitários. Também verificamos a atuação de artistas e intelectuais brasileiros.

Observamos também que os membros assumiram atribuições específicas para a realização do jornal. Uns tratavam de obter recursos, outros cuidavam da seleção dos temas, dos textos e da redação. O artista plástico e fotógrafo Fernando Lemos, por exemplo, era o responsável pela parte gráfica do periódico, fazendo as ilustrações, os desenhos e o *layout*. Nascido em Lisboa aos 03/05/1926, naturalizou-se brasileiro e viveu no país desde

a década de 1950, atuando intensamente na política cultural da cidade de São Paulo, incluindo a função de gestor público de eventos célebres como a comemoração do IV Centenário de São Paulo (1954) e a V Bienal Internacional de São Paulo (1959). Os trabalhos de Lemos exprimiam influências estética e ideológica do surrealismo e foram contemplados com vários prêmios.

O *Portugal Democrático* foi editado por mais de 18 anos e contou com representantes em vários lugares do Brasil (Rio de Janeiro, Fortaleza, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Porto Alegre) e do mundo (Estados Unidos, Venezuela, Argentina, Uruguai, Tchecoslováquia, Inglaterra e França), tornando-se o principal periódico publicado no exílio. Por razões óbvias, era mal quisto pelo governo português e, muitas vezes, apreendido em Portugal. Apesar da censura, algum exemplar sempre desembarcou lá por meio de tripulantes de navios, embrulhado em outro jornal, dentro de envelope com o nome fictício de uma associação da comunidade – como a Associação Vasco da Gama e a Associação Nossa Senhora de Fátima – ou enviado através de outros países.

Identificamos 81 colaboradores do *Portugal Democrático* nos relatos dos nossos entrevistados. Cabe ressaltar que tiveram variados níveis de envolvimento com o jornal e em diferentes momentos da trajetória do periódico. Joaquim Duarte Batista foi um dos integrantes desse grupo. Nascido em Portugal em 26/03/1922, ele era industrial e tornou-se membro do Centro Republicano Português e redator do *Portugal Democrático*. De acordo com o prontuário dele no DEOPS-SP, Batista participou de ato público Pró-Anistia aos Presos Políticos de Portugal e Espanha que ocorreu no Cine Paramount, em 27/9/1959, onde fez uso da palavra e chamou o regime português de “ditadura Salazar”. Os depoentes afirmam que Batista foi um dos fundadores do jornal para o qual se dedicou com afinco, subsidiando-o com grande parte do próprio patrimônio.

Dentre as lideranças do grupo estava o Capitão Henrique Carlos Galvão, português, escritor e ex-integrante do Exército luso que encabeçou a Operação Santa Maria. Nessa ocasião, houve a tomada do navio Santa Maria para fins revolucionários em janeiro de 1961 a fim de levá-lo a Luanda para auxiliar na guerra colonial. A embarcação chegou a Recife, onde Galvão se entregou às autoridades brasileiras e depois pediu asilo no Brasil. Em 07/02/1961, o Santa Maria foi devolvido ao adido naval português e deixou a costa brasileira rumo a Portugal. Com esse ato, o grupo – constituído por aproximadamente 12 pessoas – pretendeu chamar a atenção mundial para a luta pela democracia em Portugal.

O *Portugal Democrático* também contou com a atuação do Capitão João Sarmiento Pimentel, alcunhado de “Comandante” e a principal liderança da oposição ao regime salazarista. Nasceu em 14/12/1888 em Portugal, onde participou da instauração da República Portuguesa em 1910 e de duas tentativas frustradas contra a ditadura instaurada em 1926, levando-o a se

exilar definitivamente no Brasil. Em São Paulo, fundou e presidiu a Casa de Portugal de 15/3/1940 a 14/2/1941. Era bem relacionado com intelectuais portugueses e brasileiros, dentre os quais Ricardo Severo, Fidelino de Figueiredo, Soares Amora, Antônio Cândido, Florestan Fernandes e Lygia Fagundes Telles.

O oficial do Exército português Francisco Sarmiento Pimentel – irmão do “Comandante” – também integrou o grupo vinculado ao *Portugal Democrático*, junto com João Alves das Neves e vários escritores notáveis, dentre os quais Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena. Além deles, foi notória a atuação do engenheiro João dos Santos Baleizão, uma das principais lideranças e tesoureiro do jornal, embora seu nome não tenha constado nas edições. Nasceu aos 23/12/1920 em Faro, Portugal, e emigrou para o Brasil em 1951, estabelecendo-se na cidade de São Paulo, onde se tornou empresário no ramo da construção civil, fundando a Construtora Aviz. Faleceu em 02/12/1999 e, embora não tenha sido reconhecido pela comunidade portuguesa, recebeu o título de Cidadão Paulistano.

Durante a pesquisa, tivemos acesso a fotocópias de alguns documentos que constam do extenso processo político contra Baleizão em Portugal. São datados de 1951 a 1970 e demonstram que a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) tinha conhecimento da vida pública e privada dele, referenciando-o como um opositor ao regime vigente. Entre os documentos, consta uma cópia de uma carta datada de 30/06/1970 e enviada por João Sarmiento Pimentel a Baleizão e outros destinatários, incluindo Ruy Mesquita, diretor do *O Estado de S. Paulo*, agradecendo o amparo dispensado ao falecido ex-capitão Henrique Galvão durante sua enfermidade. Outro documento que compõe o referido processo é um recorte do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado em dia 14/02/1965, *sobre a detenção, durante algumas horas no aeroporto, do português hoje brasileiro naturalizado, engenheiro João dos Santos Baleizão, residente em São Paulo e pessoa de opinião contrária ao Governo*, o qual foi encaminhado pelo Cônsul de São Paulo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em 23/02/1965.

A função de “tesoureiro” do *Portugal Democrático* também foi ocupada pelo engenheiro Carlos R. Valente da Cruz, que igualmente naturalizou-se brasileiro para exercer uma atividade profissional no país. Ele se envolveu com o jornal já na edição do segundo número quando, junto com Baleizão, procurou o “Mourinha” a fim de integrar o grupo. Cruz pagava a impressão e cuidava da circulação, andando pelo centro da cidade. O periódico era vendido em bancas de jornal e, quase sempre, sem retorno do valor da venda, já que o importante era ter o jornal circulando. Além de Baleizão e Cruz, muitos exerciam as tarefas de apoio na viabilização e na divulgação do jornal.

O grupo recebeu apoio do diretor do influente *O Estado de São Paulo*, Julio de Mesquita, que tinha relações pessoais com João Sarmento Pimentel e empregou muitos intelectuais ou jornalistas lusos, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Trabalharam no jornal: João Alves das Neves, editor por mais de 30 anos; Jorge de Sena, Joaquim Barradas de Carvalho, Sidônio Muralha e Fernando Lemos, quatro integrantes do conselho editorial e colaboradores do jornal; Casais Monteiro, escritor que colaborou no Suplemento Literário, editado por Décio de Almeida Prado (1956-1967); Victor Cunha Rego, redator de política; Carlos Maria de Araujo, cronista; Miguel Urbano Rodrigues, Santana Mota e Fidelino de Figueiredo também fizeram contribuições, assim como o Capitão João Sarmento Pimentel e o Capitão Henrique Carlos Galvão, cujo julgamento foi abordado no jornal por uma série de artigos da escritora portuguesa Maria Ascher, integrante do *Portugal Democrático*.

Na ocasião do falecimento do diretor de *O Estado de São Paulo*, o *Portugal Democrático* publicou uma matéria sobre o apoio dele, informando que Mesquita

foi como liberal, um adversário da ditadura implantada em Portugal em 1926. Amigo íntimo de Jaime Cortesão e António Sergio, abriu – durante um período em que era muito difícil denunciar no Brasil o regime de Salazar – as colunas do seu jornal aos exilados políticos portugueses e, conseqüentemente, à luta contra o fascismo.

Dele Portugal Democrático guardará sobretudo a recordação do antigo companheiro de António Sergio que, em 1958, deu no Exterior a mais ampla cobertura mundial à campanha do general Delgado como candidato unitário da oposição, e a imagem do jornalista que, de 1961 a 1964, permitiu que ‘O Estado de São Paulo’ se transformasse numa tribuna permanentemente aberta a divulgação do genocídio colonial – fato que haveria de contribuir poderosamente para que entre a opinião pública brasileira se acentuasse o repúdio ao fascismo colonialista português e a solidariedade aos povos de Angola, da Guiné e de Moçambique, em luta pela independência nacional.

Os depoimentos e demais documentos analisados na pesquisa destacaram entre as lideranças no grupo do *Portugal Democrático* o General Humberto da Silva Delgado. Nascido em 15/05/1906 em Portugal, foi identificado como comunista no respectivo prontuário do DEOPS-SP, cujos relatórios também apontam que agiu em conjunto com o Capitão Henrique Carlos Galvão, na época com 65 anos. Em 1959, Delgado candidatou-se

pela oposição a Salazar, porém se exilou na Embaixada Brasileira em Lisboa na sequência. Com algumas tratativas, obteve a permissão para retornar ao Brasil, graças ao apoio de Álvaro Lins e o intermédio do Itamaraty, que proporcionou, inclusive, a hospedagem no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Já em São Paulo, ele instalou o Supremo Quartel Revolucionário contra o governo salazarista. Para garantir a sua sobrevivência, conseguiram-lhe um emprego como diretor da empresa Cestas de Natal Amaral.

Depois de intensa atuação no movimento de oposição dos portugueses no Brasil, com participação em vários atos públicos, tais como a Conferência Sul Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal, Delgado estabeleceu-se em Argel, onde também se juntou aos imigrantes oposicionistas. De acordo com os entrevistados, a partida dele foi motivada pelos conflitos que ele teve com todos os membros do *Portugal Democrático*. Um deles chegou a afirmar sobre Delgado: “Pensou que estávamos todos armados”. De modo geral, os depoentes o retrataram como uma pessoa intransigente e bastante autoritária, o que se alinharia à sua formação militar.

Em carta ao Capitão Henrique Galvão, datada de 13/1/1960, o Capitão João Sarmiento Pimentel defendeu a continuação do General Delgado como liderança política no Brasil e diz ter conseguido trabalho para ele em São Paulo, afirmando:

A nós, democratas sinceros, aquela sarna não pega, e toda a gente sabe aqui no Brasil e em Portugal que eu, estes moços novos que vão comigo para os cornos do boi, temos infinita aversão aos credos totalitários, pouco importando a côr. A oposição a Salazar no Brasil não é de agora, nem de quando aqui chegou o Colaço ou o Miguel U. Rodrigues. Antes deles os democratas portugueses (com Ricardo Severo, Tito de Miranda, Antonio Amorim, Ricardo Seabra, Alamiro Andrade, Felipe do Amaral, Santos Clemente, Joaquim Marques, Fidelino de Figueiredo, Rebelo Gonçalves, Canuto Soares, Francisco Sarmiento Pimentel, os irmãos José e Francisco Bento de Carvalho e muitos outros, e eu também) elucidavam os seus patrícios e os brasileiros das excelências do Estado Novo. E nunca ninguém disse que, para tanto, éramos pagos pelo ouro de Moscou! [...] Aqui tudo faremos por bem servir a causa da República e por prestigiar todos aqueles que combatem a ditadura. Para tanto utilizaremos os elementos que possuímos e que não são propriedade de qualquer facção política, grupo ou confraria totalitária, mas patrimônio comum de todos os democratas e só deles. O ‘Centro Republicano’,

‘Portugal Democrático’, Comité dos Intelectuais’ continuarão. Fundamos agora uma cooperativa editorial para publicações que a censura não permite editar em Portugal. Já no fim do mez sairá o primeiro livro, a defesa de Aquilino Ribeiro no processo que lhe moveu a Ditadura por causa de ‘Quando os lobos uivam’. Seu camarada, amigo e admirador.

Em Argel, Delgado tentou ingressar em Portugal algumas vezes e sucumbiu em uma operação da polícia política de Salazar. Conforme relatos, agentes da PIDE disfarçados o contataram com a promessa de que um grupo da resistência cobriria a sua entrada em Portugal e que teria apoio do movimento armado. Delgado recebeu documentos falsos para entrar na Espanha, onde obteria respaldo do Partido Comunista, mas ele foi preso na fronteira dos países ibéricos e assassinado na cidade espanhola de Badajoz, junto com a sua secretária Arajaryr Moreira de Campos. Os fatos não foram esclarecidos com a investigação e o julgamento do caso que responsabilizaram um policial, cujo paradeiro é desconhecido.

A morte de Delgado abalou profundamente o movimento anti-salazarista em São Paulo e em outros países. Contudo, antes de Delgado ir para Argel, já havia rupturas e conseqüente enfraquecimento do grupo por diversas razões que se intensificaram em meados dos anos 1960. Uma das causas atribuídas nos depoimentos coletados foi a censura do Partido Comunista a um artigo de Adolfo Casais Monteiro sob a ótica socialista publicado no periódico. O autor e outros integrantes do grupo – dentre os quais Jorge de Sena – discordavam do partido e não tomaram posições partidárias.

Alguns relatos ratificam essa percepção, informando que “o Partido Comunista enterrou o movimento em São Paulo, tentando impor a sua ideologia ao grupo. O objetivo do PC era dominar ou destruir, acabou destruindo. Queriam também mandar mensagens para o Comitê Central através do jornal, por isso houve a cisão”. Por outro lado, segundo Miguel Urbano Rodrigues, “o único partido organizado em Portugal era, então, o Partido Comunista Português. É um ato de justiça registrar que no Brasil, os seus militantes combateram sempre o divisionismo na oposição, defendendo a luta unitária contra o fascismo e o colonialismo. A guerra colonial funcionou como um catalizador”.

De acordo com os entrevistados, Adolfo Casais Monteiro era um dos integrantes do *Portugal Democrático* mais visados pelo regime salazarista, junto com João dos Santos Baleizão, Carlos R. Valente da Cruz e Rui Luis Gomes. Para eles, era negado o passaporte português por meio do Consulado geral de São Paulo. Acreditamos que as tensões tenham se acirrado com o golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 31/03/1964 e as

implicações do regime autoritário, que afastaram muitos integrantes do grupo do *Portugal Democrático*, permanecendo apenas aqueles membros mais politizados e engajados. O principal temor era a troca de informação e colaboração entre as polícias políticas do Brasil (DEOPS) e de Portugal (PIDE). Depois do golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964, Alexandre Antunes Pereira assumiu papel importante na distribuição e contatos para apoio financeiro ao *Portugal Democrático*.

No entanto, a quebra de unidade da frente única que lutou contra o Estado Novo português envolveu outras questões complexas. Muitos dos dissidentes do *Portugal Democrático* não deixaram de cooperar com o movimento, que estava acima das posturas ideológicas. Alguns deles fundaram o jornal *Portugal Livre*, que teve vida efêmera. Em linhas gerais,

a definição do papel e das ações que cabiam à oposição no exílio; a conjugação entre teoria e prática política; as discussões sobre as estratégias de ação, os alcances e os limites pretendidos à transformação social, e a “questão colonial”, constituíram-se como os principais temas geradores dos debates e cisões no interior dos núcleos “anti-salazaristas” do Brasil. Essas questões tornaram-se particularmente relevantes diante da reorganização e recente fortalecimento da oposição, e em decorrência da chegada ao Brasil de novos quadros, inclusive de lideranças políticas expressivas.

Cabe pontuar que intelectuais portugueses que pertenceram ou não a esse grupo – tais como Jaime Cortesão, João Alves das Neves, dentre outros – também publicaram na revista *Anhembi*, entre as décadas de 1950 e 1960, artigos sobre Salazar, os problemas em Portugal e a colonização ultramarina.

Até meados dos anos 1970, o tema do anticolonialismo continuou muito presente no *Portugal Democrático*. Identificamos entre seus colaboradores lideranças do próprio movimento de descolonização dos países africanos, intelectuais brasileiros como Paulo Duarte e Carlos Guilherme Mota. Deste, o jornal publicou um importante artigo, *A Descolonização é um Processo Inevitável*, na edição de outubro de 1971. A sede do jornal mudou-se para a Rua Líbero Badaró nº 488, no 5º andar.

Depois da Revolução dos Cravos deflagrada em 25/04/1974, o *Portugal Democrático* passou a divulgar notícias de Portugal às comunidades portuguesa e brasileira, mas logo parou de circular. O último número foi o 203, referente à semana de 26/02/1975 a 04/03/1975, e contou com o seguinte conselho editorial: Alexandre Antunes Pereira, Fernando Lemos, João Sarmento Pimentel, Joaquim Quitério, Manuel Ferreira Moura, Raul Ciriaco da Cunha.

Foto 2



Capas do jornal Portugal Democrático.

Muitas pessoas aqui citadas retornaram a Portugal depois da Revolução dos Cravos. Os irmãos João e Francisco Sarmento Pimentel, e Baleizão entraram para o Partido Socialista (Ação Socialista) e este último tornou-se muito amigo de Mario Soares. Vitor da Cunha Rego tornou-se Secretário de Estado do Primeiro-Ministro, no Primeiro Governo Constitucional de Portugal. Já Miguel Urbano Rodrigues foi eleito deputado pelo Partido Comunista Português. É provável que muitos tenham integrado o segundo escalão do governo português e essa é uma pesquisa que ainda precisa ser feita.

O *Portugal Democrático* foi integrado por pessoas de diversas ideologias, fato que colaborou para criar divergências dentro do grupo e, ao mesmo tempo, significou múltiplos olhares sobre as causas que os reuniam. De fato, o jornal foi constante nas suas bandeiras de luta: combate ao fascismo, campanhas de apoio financeiro aos presos políticos de Portugal e final do colonialismo português. Esse grupo é considerado o mais forte e a sua resistência em conjunto com grupos de outros países (Estados Unidos, Canadá, México e França) contribuiu para que a democracia fosse reinstaurada em Portugal a partir da Revolução dos Cravos, em 1974.

3 O CENTRO CULTURAL 25 DE ABRIL

Os depoimentos coletados na pesquisa indicam que alguns integrantes do *Portugal Democrático* com posições políticas mais à esquerda fundaram, em 1982, o Centro Cultural 25 de Abril com o intuito de reafirmar as ideias defendidas na Revolução dos Cravos diante da reação fascista e das cooperações com capitalistas que ocorriam em Portugal. Nas palavras do ex-presidente, Alexandre Antunes Pereira, a criação da entidade foi permeada pelo ideal e a “esperança de que o país fosse mais digno, diferente, e que acabasse com a exploração do homem pelo homem”.

Sediado em São Paulo, o núcleo inicial da instituição foi composto por Manoel Ferreira Moura, Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim José, Alfredo Maçom, Luiz Botelho, Alexandre Leal Dias, Hugo Maia (irmão de Carlito Maia), Carlos Seabra (integrante da Escola do Futuro da Universidade de São Paulo-USP), Dulce Ramos (viúva de Vítor Ramos), Manoel Soares, Fernando Lemos, dentre outros.

Na época da pesquisa que realizamos (2003), o Centro Cultural 25 de Abril ainda era conduzido por membros que integraram o *Portugal Democrático* e nele se mantiveram até a sua última edição. Contava com cerca de 120 associados e era presidido pelo engenheiro Ildefonso Octavio Severino Garcia. O estatuto vigente descrevia a entidade como apartidária e voltada para as questões culturais, com os seguintes objetivos fundamentais: promover a permanência dos valores contemporâneos da lusofonia; congregar cidadãos de origem brasileira e portuguesa e estimular o seu relacionamento franco e igualitário; desenvolver práticas culturais, sociais e recreativas, com o objetivo de promover e divulgar a cultura portuguesa no Brasil e as datas e acontecimentos históricos dos dois países, compatíveis com os ideais e valores democráticos e progressistas de direito à vida e à liberdade.

Atualmente, o acervo do Centro Cultural 25 de Abril está sob a guarda da Casa de Portugal de São Paulo. Depois que Ildefonso Garcia retornou a Portugal, há aproximadamente quatro anos, Luisa Moura e um grupo de membros comprometeram-se a dar continuidade às atividades do Centro Cultural 25 de Abril.

4 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA PELA DEMOCRACIA EM PORTUGAL E NO BRASIL

Nossa pesquisa evidenciou que o *Portugal Democrático* foi, sobretudo, um espaço de participação masculina, observando-se a presença de apenas quatro mulheres: Maria Irolinda, Manuela de Gouvêia Antunes, Maria Antonia Fiadeiro e Maria Ascher, esta última já citada anteriormente.

Contudo, na luta pela democracia em Portugal e no Brasil, as portuguesas tiveram um papel fundamental que abrangeu a busca pela emancipação feminina na sociedade. Dentre os exemplos, duas atrizes são referências: Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia e Maria Ruth Escobar, ambas com um extenso e detalhado prontuário e dossiê no DEOPS, por suas atividades políticas-partidárias, artísticas e culturais no país.

4.1 *Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia*

Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia foi uma ativista política que se destacou na defesa de questões político-partidárias e feministas. Atuou no Partido Comunista e na imprensa, participando de atos pela democracia em Portugal e no Brasil, sendo a sua trajetória vigiada e registrada pela polícia política brasileira entre 1957 a 1969.

Nascida em 1901 na vila portuguesa de Alenquer, no Distrito de Lisboa, tinha ascendência anglo-saxônica e presbiteriana. Conforme depoimento da filha dela, Adriana Prestes Maia Fernandes, as pesquisas no Instituto Genealógico Brasileiro indicaram que a mãe descendia de tronco familiar vinculado aos Reed (de origem inglesa) e aos Costa Cabral (nobres portugueses). Ela era “bisneta do conde (1845) e primeiro marquês de Tomar (1878), Antônio Bernardo da Costa Cabral (n. 1803- f. 1889), licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, dedicou-se a causa liberal. Foi um importante político do século XIX, assumindo cargos públicos como conselheiro, ministro da justiça e ministro do Reino até 1846. A ele se devem, entre outras medidas, a publicação do Código Administrativo, a reorganização da Guarda Nacional, a reforma das câmaras municipais, a reforma dos estudos liceais, a abertura de estradas, a construção do Teatro D. Maria II.”

Com o divórcio dos pais, Maria foi enviada para um internato nas redondezas de Paris. Sua educação foi toda à maneira francesa, aprendendo piano, canto, dicção, bordado, crochê e tricô. Contava que, às escondidas, lia grandes obras até altas, tais como Diderot e Balzac, além dos clássicos portugueses, com destaque para Eça de Queirós e Almeida Garret. Poliglota, ela dominava francês, inglês, alemão e, posteriormente, russo, compreendendo espanhol e italiano, segundo relato da filha.

Tornou-se atriz e cantora soprano-lírico, vindo para o Brasil em 1930 para integrar o grupo teatral do Rio de Janeiro na apresentação da peça *Chico das Pegas*, ocasião na qual conheceu o engenheiro Francisco Prestes Maia. O casal residiu na Rua Haiti, em São Paulo, mudando-se para a Avenida Angélica em 1945, depois do nascimento da filha. Pelos registros fotográficos identificados na coleção sob a guarda da família, observamos que Maria Prestes Maia integrou o Comitê Português durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Há também fotografias com pessoas expressivas do cenário artístico-cultural, econômico e político no Brasil e do exterior.

Foto 3



Membros do Comitê português costurando para soldados da Revolução de 1932. Maria Prestes Maia está de pé, à esquerda, com casaco preto. Acervo da família Prestes Maia.

Foto 4



Laerte Setúbal, Assis Chateaubriand, Carlos Rizzini e Maria Prestes. Acervo da família Prestes Maia.

Foto 5



Maria Prestes Maia cumprimentando Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito entre 1954 e 1970. Acervo da família Prestes Maia.

Diferentemente do marido, Maria Prestes Maia gostava da política. Ela era amiga de Ivete Vargas e do senador Frota Moreira, os quais levaram o PTB paulista a lançar a candidatura de Francisco Prestes Maia para a Prefeitura de São Paulo. Também colaborou para que amigos da UDN convencessem o marido a aceitar a candidatura, pois no começo era resistente por desejar se dedicar aos vários estudos a que se propunha. A segunda gestão de Prestes Maia como Prefeito de São Paulo (1961-1965) decorreu de uma coligação baseada no PTB e UDN, que agregou representantes da esquerda e obteve votação ímpar.

Foto 6



Palanque no Ibirapuera no dia da posse de Prestes Maia como prefeito, com Maria Prestes Maia à esquerda.

Foto 7



Maria Prestes Maia ao microfone em Comício na Mocidade Trabalhista. Acervo da família Prestes Maia.

Prestes Maia contou com o apoio do deputado Israel Dias Novaes, Júlio de Mesquita Filho e o deputado Herbert Levy, entre outros. Durante campanhas, a casa da família foi frequentada por políticos, jornalistas, escritores, artistas, dentre os quais Galeão Coutinho, Jânio da Silva Quadros com a esposa Eloá e Luiz Carlos Prestes (o Cavaleiro da Esperança), Galileu Ememdábile, Ricardo Picchia, Waldemar da Costa e Victor Brecheret. Essa efervescência influenciou e foi influenciada pela primeira-dama do município, o que endossa o papel de destaque de Maria Prestes Maia no cenário político e cultural do país.

Foto 8



Maria Prestes Maia com o escritor Menotti del Picchia. Acervo da família Prestes Maia

Foto 9



Maria Prestes Maia com o ator João Procópio Ferreira. Acervo da família Prestes Maia.

Em consulta ao vasto dossiê sobre Maria Prestes Maia no DEOPS-SP, observamos que a atuação política dela foi intensa e autônoma em relação à carreira do marido, especialmente entre fins dos anos 1950 e início da década seguinte. Consta que, em 26/08/1957, ela participou da festa de confraternização organizada pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo na sede à Rua da Liberdade nº 120 em comemoração à reabertura da entidade fundada no final dos anos 1940. Mais tarde, em 21/09/1958, assumiu posição na diretoria da Federação.

Aos 15 de janeiro daquele ano, ela compareceu à celebração do 60º aniversário de Luiz Carlos Prestes, realizada no Teatro São Paulo e reconhecida como “Noite de Arte e Cultura Brasileiras”. A matéria publicada em 17/06/1958 no jornal *Notícias de Hoje* informou que Maria Prestes Maia, em conjunto com as demais delegadas paulistas – Aldenora de Sá Porto, Mathilde de Carvalho, Dalva Uchôa e Maria Porto Aragão – participara do 4º

Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres em Viena, na Áustria, e estava naquele momento em visita à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com regresso ao Brasil previsto para 05/07/1958.

Maria Prestes Maia ainda participou da conferência de Luiz Carlos Prestes na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que reuniu cerca de 600 comunistas em 12/6/1959. No dia 14 de janeiro do mesmo ano, ela foi a principal oradora no ato público na sede do diretório distrital do Partido Social Progressista (PSP) no Ipiranga. O evento foi patrocinado pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo e serviu de preparatórias do Encontro de Mulheres Latino-Americanas, realizado pouco depois em Santiago, no Chile. Na ocasião, ela expôs o resultado dos trabalhos apresentados no congresso de Viena e falou sobre a campanha de desarmamento infantil, em pleno curso em São Paulo. Analisou as condições da mulher brasileira perante a nova lei civil e apresentou teses nacionalistas.

Em 24/1/1960, ela discursou na Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, recomendando a leitura de escritores portugueses que narravam as atrocidades cometidas nas prisões salazaristas. Solicitou que fossem enviados pedidos aos governos autoritários hispânicos e também à Organização das Nações Unidas (ONU) de cessação das violações denunciadas. Na época, ela também integrou o Conselho Consultivo da União Cultural Brasil-URSS. Foi ainda Presidente de Honra do Departamento Feminino da Associação Grito do Ipiranga, cargo no qual foi empossada em 27/06/1961, e também recebeu coroa como uma das rainhas na festa de comemoração do 41º aniversário do Partido Comunista Brasileiro, realizada no Ginásio Municipal do Pacaembu.

Em 1965, Maria Prestes Maia foi citada na relação de envolvidos no inquérito da União Brasil-URSS, constando na lista de elementos que integravam a Sociedade Cultural Sino-Brasileira e sendo acusada de atividades subversivas. A repressão e a perseguição nos “anos de chumbo”, contudo, não a impediram de continuar politicamente atuante até o final da vida. Pouco depois da participação na campanha que elegeu Mário Covas como Prefeito de São Paulo (1983-1986), ela faleceu aos 86 anos de idade.

Foto 10



Maria Prestes Maia ao microfone durante a campanha de Mario Covas para Prefeitura de São Paulo. Acervo da família Prestes Maia.

4.2 *Maria Ruth dos Santos Escobar*

Maria Ruth dos Santos Escobar nasceu na cidade do Porto, em Portugal, em 1936. Contava com 16 anos, quando desembarcou no porto de Santos em 20/7/1951, admitida como estudante, em caráter temporário, residindo com familiares no bairro paulistano do Tatuapé. Casou-se com o filósofo e dramaturgo Carlos Henrique Escobar, com quem embarcou para a França em 1958, para estudar interpretação. Tornou-se atriz e produtora cultural, destacando-se como uma notável personalidade do teatro brasileiro, responsável por diversos projetos culturais voltados à vanguarda artística.

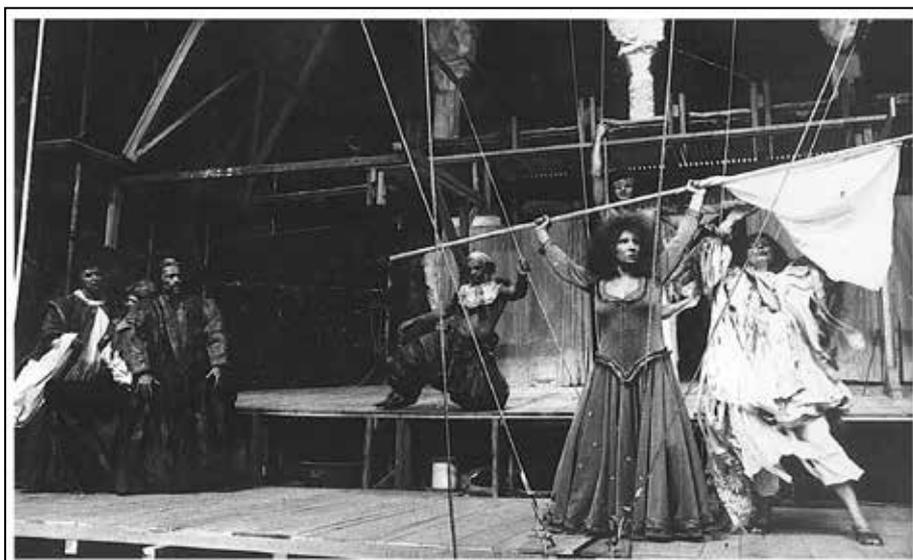
Ao retornar para o Brasil, Ruth Escobar atuou nas produções *Mãe Coragem e Seus Filhos* em 1960, peça de autoria de Bertolt Brecht, e *Males da Juventude* em 1961, escrita por Ferdinand Bruckner, ambas dirigidas por Alberto D'Aversa. Ela formou a companhia Novo Teatro, em parceria com o diretor D'Aversa, com quem protagonizou, em 1962, a peça *Antígone América*, peça de autoria do marido dela.

No ano seguinte, ela montou o Teatro Ruth Escobar, no Bexiga, em São Paulo, com apoio da colônia portuguesa. A estreia ocorreu com *A Ópera dos Três Vinténs*, de Bertolt Brecht, texto no qual Chico Buarque se baseou na

composição de *A Ópera do Malandro*. Em 1968, durante a encenação de *Roda Viva*, de Chico Buarque, o teatro foi palco da brutalidade da ditadura civil-militar no Brasil ao ser invadido pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que depredou o cenário e espancou os atores.

Ruth Escobar revolucionou com o Teatro Nacional Popular, ao circular em 1964 a bordo de um ônibus pela periferia de São Paulo com a peça *A Pena e a Lei*, de Ariano Suassuna. Outro episódio importante no cenário teatral brasileiro foi a participação dela como atriz e produtora da peça *Cemitério de Automóveis*, numa adaptação de Victor Garcia da obra de Fernando Arrabal, que estreou em 10/9/1969 no Teatro 13 de Maio, instalado numa antiga garagem reformada por ela com essa finalidade. A sua direção de *O Balcão*, de Jean Genet, que estreou no Teatro Ruth Escobar em 29/12/1969 é igualmente considerada uma das referências da história teatral brasileira.

Foto 11



Ruth Escobar e o elenco da peça *Torre de Babel*, de Fernando Arrabal. Acervo: O Estado de São Paulo. 3.5.1977. Crédito: Ruth Toledo. Reprodução: Presença portuguesa em São Paulo. p. 144.

Nos anos 1980, Ruth Escobar também atuou diretamente na política, sendo eleita deputada estadual em São Paulo pelos partidos PMDB e PDT por dois mandatos. Retornou ao cenário teatral em 1994 e trouxe para os palcos brasileiros a atuação de companhias que mesclavam teatro e dança, tais como o Aboriginal Islander Dance Theatre (Austrália). Ela também idealizou

e organizou eventos importantes: Festival Internacional de Teatro (1974, 1976 e 1981), Festival Nacional das Mulheres nas Artes (1982) e Festival Internacional de Artes Cênicas (1994 a 1997 e 1999).

Ao longo de sua carreira, acumulou prêmios, homenagens e títulos, como a Ordem do Rio Branco, outorgada pela Presidência da República do Brasil; a Ordem de Letras e Artes, recebida de François Mitterrand, então Presidente da França; Oficial Maior do Infante Dom Henrique, do presidente de Portugal; e a condecoração da Legião de Honra, do governo francês, em 1998. Sem dúvida, Ruth Escobar marcou definitivamente a história do teatro brasileiro e lhe cabe um espaço privilegiado na luta pela democracia no Brasil

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que subsidiou o presente artigo produziu fontes documentais importantes ao registrar depoimentos orais de integrantes de grupo de portugueses radicados no Brasil que organizou em São Paulo o maior e mais expressivo movimento contra a ditadura de Salazar fora de Portugal. De forma inédita, foram ouvidos os próprios protagonistas, indivíduos com diversas posições sociais, políticas e profissionais, cujas trajetórias fornecem um panorama multifacetado do que foi a resistência política nos dois países.

Este artigo tem o mérito de entrelaçar essas memórias coletadas e contrapô-las a rigorosos levantamentos nos arquivos da polícia política de São Paulo e nas referências bibliográficas para reconstituir o percurso do *Portugal Democrático* até a fundação do Centro Cultural 25 de Abril, bem como a tenacidade de duas mulheres de origem lusa que se projetaram nos cenários político e artístico do Brasil. Trata-se, portanto, de uma contribuição significativa por elucidar aspectos da imigração portuguesa e da luta pela democracia em Portugal e no Brasil, preenchendo lacunas na historiografia brasileira.

NOTAS

¹ Ao efetuar a soma do número de estrangeiros expulsos no período de 1907 a 1921, apresentados por Maram, S. Leslie (1979. p. 43), observamos que os portugueses constituíram o maior grupo, com 181 pessoas expulsas, seguidos por italianos com 121, e espanhóis, com 113. Os maiores índices de deportação de portugueses foram verificados em 1907 (47), 1909 (12), 1913 (12), 1919 (29), 1920 (42), anos de maior atividade operária no país.

² Antônio Oliveira Salazar (1889-1970) governou Portugal de 1933 a 1968, quando se afastou do cargo devido a problemas de saúde. Assumiu Marcelo Caetano, que não promoveu qualquer alteração da ordem pública e foi considerado o continuador da

política salazarista. Do outro lado do Atlântico, com a Revolução de 1930, o gaúcho Getúlio Vargas se impôs no poder e, a exemplo de Salazar, implantou o Estado Novo em 1937.

³ Cf. *Portugal Democrático*. São Paulo, n. 1, p. 1, julho de 1956.

⁴ Oficialmente identificada como Colônia Penal de Cabo Verde (1936-1954) e Campo de Trabalho de Chão Bom (1961-1974), a instituição inicialmente se destinou à prisão de antifascistas portugueses e depois passou a deter militantes da libertação nacional durante a guerra colonial portuguesa de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em razão das condições insalubres e das práticas de tortura, dentre as quais a “Frigideira” (posteriormente substituída pela “Holadinha”), o local também ficou conhecido como “Campo de Concentração do Tarrafal”, “Campo da Morte Lenta”, “Aldeia da Morte”, “Pântano da Morte” e “Inferno Amarelo”. Para saber mais, recomendamos o documentário Tarrafal, memórias do campo da morte lenta (2010), dirigido por Diana Andringa, com apoio da Fundação Mario Soares e Fundação Amílcar Cabral.

⁵ O trabalho de Fernando Lemos tem influência estética e ideológica do surrealismo, naturalizou-se brasileiro e viveu no país desde a década de 1950, tendo atuado também como gestor público em eventos como a comemoração do IV Centenário de São Paulo, em 1954, e a V Bienal Internacional de São Paulo, em 1959. Ganhou diversos prêmios e atuou na política cultural da cidade. [Nascimento: 03.05.1926, Distrito de Lisboa, Lisboa, Portugal – Falecimento: 17.12.2019, São Paulo, SP, Brasil].

⁶ Nomes e atividades profissionais relacionados por Carlos Cruz com a valiosa colaboração de José Mario da Silva Bodas (FREITAS, 2006, p. 138).

⁷ Cf. Prontuário DEOPS-SP nº 30.849.

⁸ João Sarmento Pimentel retornou à Portugal em 1974, sendo promovido a general aos 94 anos pelo Conselho da Revolução. Voltou a viver no Brasil, onde faleceu em 13/10/1987. É autor da obra *Memórias do Capitão*, 1962 v. 1 e v.2 1974.

⁹ Adolfo Casais Monteiro não voltou a Portugal, falecendo em São Paulo. Jorge de Sena naturalizou-se brasileiro, assim como boa parte do grupo acabou fazendo isso para poder exercer a profissão e obter o passaporte brasileiro, já que muitos não conseguiam passaporte português no consulado, somente o visto de entrada em Portugal.

¹⁰ Depoimento da viúva de João dos Santos Baleizão, Maria Isabel Antunes Baleizão, concedido à autora do presente artigo em 19/1/2004. Ela conta que, quando se casaram, viajaram a Portugal e ele foi detido ao desembarcar no aeroporto de Lisboa, passando a noite de núpcias na prisão. Foi solto por ser naturalizado brasileiro.

¹¹ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi a polícia política portuguesa, que atuou entre 1945 e 1969 na repressão à oposição ao regime político do Estado Novo.

¹² Carta encaminhada ao Diretor Geral de Segurança de Lisboa, por Raul Rosa Porto Duarte, do Porto, em 23/7/1970). Proc.262/49-Sr - NT 2634-Tombo, p. 05-06.

¹³ Proc. 262/49-SR NT 2.634, Tombo p. 26. Constan no processo relatórios de agentes da PIDE.

¹⁴ Depoimento de Carlos R. Valente da Cruz à autora, em 19/1/2004.

¹⁵ Ambos escreveram uma série de artigos sobre grandes caçadas e caçadores, pois ele gostava de caçar grandes animais. Hoje esse ato é considerado politicamente incorreto, mas, naquela época, era costume a organização de grandes safáris na África que chegavam a custar até 20 mil dólares, e as pessoas da elite brasileira e portuguesa exibiam seus troféus de caça em suas residências.

¹⁶ Cf. *Portugal Democrático*, n. 142, p. 7, jul./ago. 1969

¹⁷ A Conferência Sul Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal ocorreu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) entre os dias 22/01/1960 e 24/01/1960. Cf. Prontuário n. 135.160; Dossiê pasta 41-E-005.

¹⁸ Cópia de carta datilografada com papel carbono em posse de Carlos Cruz.

¹⁹ Posição de Carlos R. Valente Cruz e Maria Isabel Baleizão.

²⁰ Depoimento de Carlos R. Valente da Cruz já citado.

²¹ Rodrigues, Miguel Urbano. “Portugal Democrático: um jornal revolucionário”. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora da UNESP; Bauru: EDUSC, 2003, p. 184.

²² SILVA, Douglas Mansur da. “Fronteiras da condição migrante: práticas e representações de intelectuais portugueses ‘exiliados’ no Brasil, no séc. XX. *Anais*. 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007, Caxambu. Disponível em: <http://201.48.149.89/anpocs/arquivo/>. Acessado em: 15 out. 2007, p. 17-18.

²³ *Portugal Democrático*, n. 162, out. 1971.

²⁴ Depoimento de Alexandre Antunes Pereira concedido à autora do presente artigo em 16/04/2003.

²⁵ Aprovado na reunião do Conselho Deliberativo, em 13/12/2003.

²⁶ Depoimento de Adriana Prestes Maia Fernandes concedido à autora do presente artigo em 19.06.2006.

²⁷ Francisco Prestes Maia (19/3/1896-24/4/1965) engenheiro, urbanista, e professor da Escola Politécnica de São Paulo. Foi prefeito da cidade de São Paulo de 1938-1945, nomeado pelo interventor federal Ademar de Barros. Projetou e abriu avenidas, viadutos, pontes. Elegeu-se novamente em 1961, mantendo-se no cargo até 1965. Cf. Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense/FGV/CPDOC/FINEP, 1984. v. 3, p. 2.046-2.047.

²⁸ ESCOBAR, Ruth. **Maria Ruth**: uma autobiografia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

²⁹ Cf. REDAÇÃO. “Morre a atriz Ruth Escobar, aos 82 anos”. Revista Veja, 05/10/2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/morre-a-atriz-ruth-escobar-aos-81-anos/>>. Acessado em: 16 fev. 2024.

³⁰ Cf. REDAÇÃO. “Morre a atriz Ruth Escobar, aos 82 anos”. Revista Veja, 05/10/2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/morre-a-atriz-ruth-escobar-aos-81-anos/>>. Acessado em: 16 fev. 2024.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS:

*Depoimentos orais***

Adriana Prestes Maia, filha de Maria Prestes Maia, depoimento à autora em 19.06.2006,

Alexandre Antunes Pereira, nasceu na Freguesia de Belas, Sintra, Portugal, em 1928.

Carlos Roberto Valente da Cruz, nasceu em Scarborough, Inglaterra, em 4/4/1918

Ildefonso Octavio Severino Garcia, nasceu na Parede, Lisboa, Portugal em 1943

João Alves das Neves, nasceu em Beiroa, Coimbra, Portugal, em 30/5/1927.

Maria Isabel Antunes Baleizão, nasceu em São Paulo, Capital, em 5/5/1936, viúva de João dos Santos Baleizão, nasceu em Faro, Algarve, Portugal, em 22/11/1923.

DOCUMENTOS TEXTUAIS:

Série Prontuários (com registros de 5.162 imigrantes portugueses). DEOPS/APESP.

Dossiê do jornal Portugal Democrático. Arquivo Público do Estado de São Paulo-Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP.

Dossiê de Maria Prestes Maia, Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP

Dossiê de Ruth Escobar, Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP

Jornal Portugal Democrático – edições de julho de 1956 a abril de 1975

**Os depoimentos registrados pela autora deste artigo entre 2001 a 2006, hoje integram o Acervo do Museu da Imigração. E toda a pesquisa sobre os portugueses em São Paulo foi doada ao Centro de Documentação e Memória da Missão Paz (CDM-Missão Paz).

REFERÊNCIAS

- ESCOBAR, Ruth. **Maria Ruth**: uma autobiografia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.
- FREITAS, Sônia Maria de. **Presença portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). **A missão portuguesa**: rotas entrecruzadas. São Paulo: UNESP; Bauru: EDUSC, 2003.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Maria Prestes Maia: trajetória de lutas – feminismo, política e cultura. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 59–88, 2016. DOI: 10.5216/hr.v19i3.30189. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30189>>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- PIMENTEL, João Sarmiento. **Memórias do Capitão**. São Paulo: Editora Feldman-Rêgo, 1962.
- _____. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974.
- REDAÇÃO. “Morre a atriz Ruth Escobar, aos 82 anos”. **Revista Veja**, 05/10/2017. Disponível em: <HYPERLINK “<https://veja.abril.com.br/cultura/morre-a-atriz-ruth-escobar-aos-81-anos/>”<https://veja.abril.com.br/cultura/morre-a-atriz-ruth-escobar-aos-81-anos/>>. Acessado em: 16 fev. 2024.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos**: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004.
- SILVA, Douglas Mansur da. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro - 1956-1974**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (Estudos e Investigações, 42). 2006.
- _____. Fronteiras da condição migrante: práticas e representações de intelectuais portugueses “exiliados” no Brasil, no séc. XX. Artigo apresentado no **31º. Encontro Anual da ANPOCS**, DE 22 a 26 de out. de 2007, Caxambu, MG. Pesquisado na Internet em: <<http://201.48.149.89/anpocs/arquivo/15.10.2007>>. s/d/a.

RESUMO

O propósito do presente artigo é revelar vozes da resistência ao salazarismo de portugueses radicados no Brasil e a luta pela democracia em Portugal e no Brasil. Por meio da metodologia da História Oral, coletamos depoimentos de professores, engenheiros, intelectuais, jornalistas, técnicos e artistas, buscando recuperar vivências de portugueses que, no exílio, lutaram pela democracia em Portugal e pela libertação das colônias portuguesas na África. As memórias relatadas evidenciam a trajetória do grupo que organizou em São Paulo o maior e mais expressivo movimento contra a ditadura de Salazar, desde a criação do jornal *Portugal Democrático* até a cisão e formação do Centro Cultural 25 de Abril. Pretende-se, contribuir com uma fase da história da imigração portuguesa ainda pouco explorada pela historiografia brasileira, ouvindo os próprios protagonistas, com destaque para a participação de duas mulheres.

Palavras-chave: imigração portuguesa, anti-salazarismo; jornal Portugal Democrático; democracia em Portugal e no Brasil

Voices of resistance to Salazarism and struggle for democracy in Portugal and Brazil

ABSTRACT

The purpose of this article is to reveal voices of resistance to Salazarism by Portuguese people living in Brazil and the struggle for democracy in Portugal and Brazil. Through the methodology of Oral History, we recorded testimonies from teachers, engineers, intellectuals, journalists, technicians and artists, seeking to recover the experiences of Portuguese people who, in exile, fought for democracy in Portugal and for the liberation of Portuguese colonies in Africa. The memories reported highlight the trajectory of the group that organized the largest and most expressive movement in São Paulo against Salazar's dictatorship, from the creation of newspaper "Portugal Democrático" to the split and formation of the "Centro Cultural 25 de Abril". The aim is to contribute to a phase in the history of Portuguese immigration that is still little explored by Brazilian historiography, listening to the protagonists themselves, with emphasis on the participation of two women.

Keywords: Portuguese immigration; anti-Salazarism, newspaper Portugal Democrático, democracy in Portugal e Brazil